

IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS E UFANIA EDÊNICA

GEOGRAPHICAL IDEOLOGIES AND EDENIC JINGOISM

IDEOLOGÍAS GEOGRÁFICAS Y ORGULLO EDÉNICO

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília (DF), Brasil

gcca99@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho são apresentadas reflexões, argumentos e problematizações sobre as ideologias geográficas, seus conceitos, desdobramentos teóricos e metodológicos e importância epistemológica. Na esteira desta primeira discussão segue-se a aproximação destas ideologias com a historicidade e geograficidade da retórica edênica em relação a formação territorial brasileira. Estes dois momentos do trabalho se complementam, no sentido de apresentar uma rota de debate entre a teoria e metodologia do pensamento e ideologias geográficas, com a narrativa espaço-temporal do ufanismo edênico.

Palavras-chave: Ufania Edênica; Ideologia; Pensamento Geográfico

ABSTRACT

In this paper are presented reflections, issues and problematizations about the geographic ideologies, their concepts, theoretical and methodological deployments and epistemological importance. In agreement of this first discussion follows the approach of these ideologies with the historicity and geographicity of Edenic rhetoric in relation to Brazilian territorial formation. These two moments of the work complement each other, in order to present a route of debate between the theory and methodology of the geographic thought, and its ideologies, with the spatio-temporal narrative of the Edenic ufanismo.

Keywords: Edenic Jingoism; Ideology; Geographical Thought

RESUMEN

En este trabajo se presentan reflexiones, discusiones y cuestiones que se encuentran en las ideologías geográficas, conceptos, desarrollos teóricos y la importancia metodológica. Después de esta primera discusión sigue la mirada de estas ideologías con la historicidad y geograficidad de la retórica edénica en la formación del territorio brasileño. Estos dos momentos del trabajo se unen, con el objetivo de presentar una ruta de debate entre la teoría y metodología del pensamiento e ideologías geográficas, con la narrativa espacio-temporal del orgullo edénico.

Palabras clave: Orgullo Edénico; Ideología; Pensamiento Geográfico

INTRODUÇÃO

A Geografia possui seu escopo teórico e metodológico, que a configura, sustenta e fornece paradigmas, avanços, inflexões e desmembramentos em suas correntes epistemológicas. Quando nosso olhar se volta para a ciência geográfica no cenário nacional brasileiro é possível observar algumas singularidades destas características, especialmente a partir da institucionalização da Geografia, a partir dos anos 30.

O desenvolvimento das pesquisas geográficas ocorreu paralelamente a busca pelo fundamento simbólico, nacional e sígnico da identidade social por parte das instituições estatais e seus representantes. Em meio a tal panorama histórico coube ao pensamento geográfico brasileiro, de diferentes maneiras, se aproximar ou distanciar desta busca simbólica e identitária, já que a ufanía edênica e o apelo ao orgulho telúrico tomaram frente em discursos e programas de governos desde a passagem do Império para as diferentes fases da República.

Neste íterim, o edenismo pode ser entendido como constructo imaginativo de um período histórico específico, de maneira que, por meio da força simbólica deste discurso, o mesmo associou-se à espacialidade das terras americanas, constituindo uma ideologia espacial calcada nos valores edênicos das riquezas naturais. Ao longo dos séculos, porém, esta ideologia espacial sofreu influências, fortalecimento, amenizações, representações e interpretações das mais diversas.

Como não poderia deixar de acontecer, o pensamento geográfico, ao menos desde a sua institucionalização moderna no século XIX, absorveu essa ideologia espacial do imaginário edênico, e em diversas correntes, por diferentes autores, e em momentos variados acabou por colaborar com a difusão dessa ideologia. Estes serão os temas explorados neste trabalho, ou seja, as ideologias geográficas e o papel do edenismo como um grande aporte ideológico especialista, ao menos no que se refere ao cenário científico e cultural brasileiro.

CORRENTES E PARADIGMAS CIENTÍFICOS: CIRCUNSCRIÇÕES GEOGRÁFICAS

Em primeiro lugar, é importante o esforço de diferenciação, ou ao menos a explanação, dos termos, correntes de pensamento, paradigmas e ideologias científicas (geográficas neste caso). Há uma gama de autores que podem ser colocados na roda de diálogo sobre este assunto, tanto do cerne geográfico, como também da Filosofia e áreas afins

das ciências humanas, como, por exemplo, Paulo Godoy (2011), Gaston Bachelard (2004), Moraes (1991), Silva (2000), Martins (2007), Castro (2005), dentre outros.

De início temos a palavra paradigma, advinda do grego παράδειγμα, que, originalmente, aproxima-se de mostrar, apresentar de algo. Seu sentido é utilizado de forma ampla, de forma a incluir sistemas de crenças e valores, pressupostos técnicos de determinados períodos históricos, conjuntos de pensamentos de uma ou outra sociedade, etc. Na ciência, o termo é utilizado para representar a ideia de modelo de uma forma de pensamento, teoria e/ou um conjunto de leis. (ARANHA; MARTINS, 1998; 2003).

Thomas Kuhn (2007) foi quem mais profundamente perscrutou a questão paradigmática nas ciências, analisando o comportamento destes “modelos” ou “padrões”, tendo como ponto de partida as ciências da natureza. Nas palavras do próprio autor, paradigmas são “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” (KUHN, 2007, p. 13). E ainda completa que “Os paradigmas adquirem seu status porque são mais bem-sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves.” (KUHN, 2007, p. 44).

As afirmações de Kuhn são diretas e objetivas, até pelo fato de suas ideias partirem de ciências como a Matemática, Física e Biologia; assim, o autor afirma: “Abandonar o paradigma é deixar de praticar a ciência que este define.” (KUHN, 2007, p. 56), embora recentemente a ideia de porosidade entre os paradigmas, tanto nas ciências naturais como sociais, esteja sendo mais difundida, o que pode ser considerado como um avanço em relação a esta afirmação do autor.

No que se refere à ciência geográfica, a crítica geralmente feita diz respeito à falta de critérios sobre a questão dos limites entre os paradigmas da Geografia, o que muitas vezes contribui para o aumento de inúmeros subgrupos de estudos que, muitas vezes, até possuem alguma afinidade teórica e metodológica, mas que acabam por se distanciar uns dos outros, por falta de uma unidade do próprio âmago epistêmico da ciência estudada pelos geógrafos: “Na Geografia, o termo paradigma conheceu uma verdadeira constelação de significados, desde a vertente kuhniana até os mais dantescos absurdos de rotular toda inovação como paradigmática. O vocábulo paradigma passou a fazer parte de inúmeros títulos em artigos, capítulos e teses de doutoramento.” (GODOY, 2011, p. 73).

A mesma crítica realizada por Godoy pode ser encontrada em Moraes (1991), Martins (2007) e Silva (2000). Outras expressões, como correntes de pensamento geográficas, ou escolas geográficas, também são utilizadas para representação paradigmática do

desenvolvimento teórico e metodológico da Geografia. No entanto, é preciso ressaltar que, diferentemente do afirmado por Kuhn (2007), no caso da ciência geográfica e de outras ciências humanas há uma correlação muito maior, mesmo que na maior parte das vezes não admitida, entre os saberes de um paradigma e outro, dificultando, muitas vezes, a identificação de determinados autores na escola ou corrente à qual este pertence, ou a que seus estudos estejam mais relacionados.

No caso da Geografia, especificamente, esta situação pode ser explicada pelos motivos já levantado – a questão em torno do seu objeto de estudo: o espaço. A complexidade inerente desta categoria epistemológica provoca, constantemente, abalos nas estruturas geográficas de pensamento, e por quê? Júlio Cezar Ribeiro (2006) é um dos autores que pode nos ajudar a responder tal questionamento:

Homem, Natureza, Totalidade, Espaço: realidades, fenômenos como concreto real projetado como representações que muitas vezes se opõem à própria manifestação do fenomênico. (Des) Realidades conceituadas. Como abordar esses entes e dimensões relacionalmente e não aritmeticamente (como soma de fatores divididos) e tendo como esteio a ótica geográfica, para que o subjetivo-pensar não se distancie do objeto-pensado? Como garantir que a verdadeira relação descoberta se faça sempre re-contextualizada, não se sacramentando em eternização de uma qualquer fórmula geral idealizada? O método pode auxiliar? Que é ele? O que legitima sua coerência? Como presumir o melhor? A complexidade do real demanda a inevitabilidade de métodos vários? Como poderia a Geografia equipar-se para, em meio à pluralidade de possibilidades, melhor “ler” e “escrever” o espaço? Poderia a Geografia apenas ler, despreocupando-se com o escrever, o geo-grafar? (RIBEIRO, 2006, p. 22).

A totalidade da realidade objetiva é, então, uma escrita simbólica, cultural, econômica, política, social e dialética, incrustada no espaço-tempo e presente em qualquer proposta de teorização sobre o mundo. Percebe-se, inclusive, que o autor já deixa claro, em sua fala, o seu próprio posicionamento ideológico, ao fazer uma menção indireta à ala positivista do pensamento geográfico. Mas, conforme já ressaltado, o importante não é tomar para si ou delegar a outrem a responsabilidade pela “real” lente de observação e explicação da natureza e da sociedade, mas sim buscar a “pluralidade” nesta diversidade; em outras palavras, podemos identificar, na fala do autor, o cerne da problemática e sua melhor proposta de resolução lado a lado.

O trecho citado de Ribeiro (2006) foi extraído de sua tese *A geografia das formas espaciais de reprodução da existência humana ao longo do tempo à luz do materialismo histórico-geográfico*, que, como o próprio título sugere, inclina-se para a corrente materialista do pensamento filosófico, inserido no contexto epistemológico da Geografia, mas nos permite

visualizar de forma rica e ampla a relação íntima entre os interesses que podem fazer com que uma determinada faceta teórica se homogeneíze em relação a outras, gerando as ideologias científicas, já que a questão das relações de poder na produção do conhecimento estão no cerne científico.

Com a mesma postura de Ribeiro (2006), há o rico estudo de Paulo Roberto Bomfim (2007), intitulado *A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)*, voltado para a influência direta da produção geográfica quantitativa nas planificações estatais pós-golpe de 1964 como referência ao ideologismo científico no meio Estatal brasileiro, especificamente nos anos da ditadura, com foco em suas ambições políticas, simbólicas e econômicas em relação ao território brasileiro, ufanizado pelo mito fundacional edênico.

Entre outras contribuições epistemológicas do pensamento geográfico como representação ideológica da Ciência há o uso de uma modulação semântica particular (arranjo espacial, por vezes trocado por formação ou configuração espacial) por parte de Ruy Moreira (1978) que dialoga, implicitamente, com a ideia de espaço-texto de Gomes (2006) e de espaço escrito de Ribeiro (2006). Nas palavras do autor, “Somente através da dialética espaço-tempo podemos acompanhar os processos e os estágios de desenvolvimento das formações espaciais, no interior dos quais encontraremos diferentes estágios de relação homem-meio. Dar aos objetos do arranjo espacial e ao arranjo como um todo o significado social e temporal necessário.” (MOREIRA, 1978, p. 45). O autor ainda complementa, localizando sua teoria também no âmbito crítico da Geografia:

Confundindo-se com a formação econômico-social, a formação espacial contém sua estrutura e nela está contida, numa relação dialética que nos permite, através do conhecimento da estrutura e movimentos da formação espacial, conhecer a estrutura e movimentos da formação econômico-social, e vice-versa. Fato de fundamental importância ao estudo da formação espacial e da destinação desse estudo ao conhecimento da formação econômico-social. Chave da inserção da geografia e dos geógrafos no campo da teoria e prática da transformação social no sentido da resolução dos problemas mais candentes de nossa época, ao lado dos demais estudiosos sociais. (MOREIRA, 1978, p. 36).

A contribuição de autores clássicos, como os representantes da escola francesa, pode enriquecer a discussão sobre o objeto de estudo do geógrafo. Esta é a preocupação de Vidal de La Blache (1954), ao trazer para o centro de sua defesa teórica a relação homem-natureza – muito comum de ser encontrada tanto no período de afirmação da Geografia na Alemanha do século XIX, como na Geografia francesa do início do século XX, como é o caso de La

Blache. Neste sentido, vejamos como, no trecho reproduzido, entra em destaque a importância de se relevar a contradição dos fenômenos e fatos sociais e naturais no espaço geográfico, ou seja, de se ter um olhar dialético para a realidade:

O geógrafo não pode contentar-se com os números publicados nas estatísticas oficiais. É necessário que lhes junte os dados que diversas fontes lhe podem fornecer, uma vez que se trata de determinar, pela comparação dos espaços disponíveis e dos efectivos, até que ponto está realizada, actualmente, a ocupação da Terra pelo Homem. Todas as partes da superfície terrestre devem ser consideradas, o que aliás, apesar da insuficiência de certas informações, não tem hoje nada quimérico. Só o conjunto, precisamente pelas diferenças, contrastes e anomalias que permite descobrir, tem pleno significado. (LA BLACHE, 1954, p. 45).

Quando o geógrafo francês utiliza o termo “partes” em sua fala, permite a identificação de sua corrente geográfica, que é o funcionalismo e também o regionalismo, calcados na busca pelas características de diferenciação de diferentes áreas a partir de algum elemento específico que a configure, regional e funcionalmente.

O geógrafo francês Paul Claval (2011) propõe a superação da divisão na Geografia Humana, principalmente no limiar entre os estudos culturais, políticos e econômicos, para que assim haja um verdadeiro avanço epistemológico da Geografia, vencendo as fronteiras das ideologias geográficas que a permeiam ao longo de sua história. É essa a visão do autor e relação a uma nova abordagem holística não só da ala culturalista dos geógrafos, mas para a ciência como um todo:

Não existe uma fronteira rígida entre geografia cultural e geografia econômica; a oferta e a procura nunca são categorias econômicas puras; a oferta vem de empresas, que têm culturas próprias; a procura não se exprime em categorias abstratas. No Brasil, a procura por alimentos é uma procura de feijões pretos, de farinha, de carne de sol ou de camarões; na França, é uma procura de pão, de vinho, de batatas, de fígado gordo. No domínio da geografia política, o poder sempre tem dimensões culturais. Para aparecer legítimo, o governo tem de partilhar as mesmas normas que os cidadãos. Construir uma geografia cultural como um compartilhamento isolado da geografia não tem sentido: a construção duma sub-disciplina deste tipo tem um valor prático, mas o que é importante é entender o papel da cultura no conjunto dos fenômenos geográficos: daí o sentido novo da abordagem cultural na geografia. (CLAVAL, 2011, p. 13-14).

Desta maneira, estes autores apresentados, Claval (2011) e La Blache (1954) são representantes de diferentes correntes de pensamento da Geografia – ou ideologias geográficas, se fizermos uso do termo descarregado do ranço rotular contemporâneo – reforçam este caráter amplo de atuação dos estudos geográficos. Isso demonstra que se deve buscar a riqueza das vozes teóricas, pois elas podem caminhar na mesma direção de

desvelamento de uma determinada problemática. Além disso, uma vez que o conceito de paradigma está tão desgastado no cerne geográfico, conforme afirma Godoy (2011), cada vez mais torna-se urgente um resgate da linha de perenidade teórica na história do pensamento geográfico, buscando, sim, os pontos retrocesso e conflito, mas tentando observar de que maneira houve a evolução da ciência geográfica em tal processo.

Essa diversidade de teorias, exemplificada nas três amostras escolhidas, dá origem às ideologias geográficas. No entanto, é preciso que não nos deixemos seduzir por uma rotulagem cientificista de uma ou outra frente teórica, e que abarquemos a ideia de que essa diversidade é um ponto de enriquecimento, e não o contrário, principalmente no caso da Geografia, que cada vez mais está sofrendo divisões e subdivisões temáticas que deixam de comunicar-se. No fundo, há em todas as correntes, escolas, visões de mundo, cosmovisões, paradigmas, ideologias, formas de pensamento uma *contiguidade discursiva* na busca pelo melhor caminho no desvelamento e compreensão dos problemas referentes ao espaço geográfico:

Quando se identifica esse fundamento geográfico, quando é claro a fenomenicidade geográfica, a ciência geográfica os nomeia de forma diversa. Receberam ao longo da história da disciplina um conjunto de designações, são elas: “fatores geográficos”, “fatos geográficos”, “elementos geográficos”, “aspectos geográficos”, “causas geográficas”, ou, simplesmente, “o geográfico”. Podemos somar a isso “determinação geográfica”, ou então falarmos diretamente da “Geografia” da realidade. Ou seja, quando estamos, por exemplo, identificando “elementos geográficos” ou então “determinações geográficas”, com isso não estamos apontando para a ciência e sim para a realidade. (MARTINS, 2007, p. 38).

Martins (2007) destaca algo importante a ser levado em consideração na análise da geograficidade dos elementos fáticos e fenomênicos da realidade objetiva. O que o autor coloca em questão é que, ao ter o espaço geográfico como objeto de estudo, ao estudá-lo para além de um aprofundamento dos conceitos, teorias e práticas geográficas, alimentamos a crítica sobre a própria natureza da realidade questionada pelo arcabouço geográfico. Por esta razão, conforme lembra Martins, a multiplicidade semântica recorrente em relação ao âmbito epistemológico da Geografia é tão ampla; os “elementos geográficos”, “fatos geográficos”, “aspectos geográficos” são a síntese teórica da tentativa de conferir uma singularidade identitária a determinados momentos do desenvolvimento da ciência geográfica, como é o caso das suas correntes de pensamento.

Assim, o espaço geográfico – este sim – é o ponto de convergência que caracteriza a Geografia enquanto ciência: define-a, une e separa, engrandece-a e provoca os seus mais profundos abalos epistêmicos. A complexidade existente nesta fundação categorial do

pensamento geográfico deve ser tomada como ponto de partida e chegada para qualquer discussão que envolva, em algum grau, o âmbito teórico da Geografia. Nas palavras de Lage (2004),

A geografia distingue-se no âmbito do conhecimento humano pelo caráter do seu objeto de estudo – o espaço geográfico. Espaço que se pode analisar em suas várias “metamorfoses”: Paisagem, lugar, região, cidade, campo, entre outras (...) o “fazer geográfico” perpassa por esse entendimento e pela busca de superação dessas dificuldades, criando um “saber geográfico consistente que permita o surgir do “ser geográfico”. (LAGE, 2004, p. 7).

Como já mencionado anteriormente sobre a ideologia espacial nas contribuições de Antonio Filho (1999), e tendo como complemento os dizeres de Lage (2004), é que Perez (2005) revisita o termo *leitura* como aporte teórico de respaldo de compreensão do pensamento geográfico na sua relação com seu objetivo de estudo, que é a realidade objetiva, na confluência fática e fenomênica de seus atores, vetores, processos, dinâmicas e transformações. As ideologias geográficas são propostas de leitura do mundo, perpassadas pelo escopo teórico e metodológico de uma corrente de pensamento geográfica específica, pois se, como afirma Gomes (2006), o mundo pode ser visto como um texto/tecido, pela complexidade que lhe é inerente, então a Geografia é uma das formas de se *ler* o mundo:

Do ponto de vista da Geografia, podemos dizer que ler o mundo é ler o espaço, construção social e histórica da ação humana. Como instância da sociedade, o espaço é o objeto da Geografia; disciplina que o analisa, o interpreta e o explica, como resultante da economia, da política e da cultura. Assim, ler o mundo é estudar a sociedade. (PÉREZ, 2005, p. 24).

A mesma autora segue, ainda, sua linha de raciocínio com colocações muitas semelhantes às de Martins (2007), a respeito dos aspectos geográficos. Esta relação entre os autores se dá pelo fato de que, no momento em que a Geografia elabora diferentes formas de se *ler* o mundo, há necessariamente a construção de um instrumental conceitual que respalda este exercício teórico e metodológico:

Ler o mundo, do ponto vista geográfico, não significa ‘ler o grande livro aberto da natureza’. A leitura do mundo pressupõe o domínio e a manipulação de todo um instrumental conceitual que possibilite o des-velar da realidade; a leitura do mundo implica a compreensão das diferentes formas de espacialidade traduzidas nos diferentes modos de viver em sociedade. (PÉREZ, 2005, p.27).

As leituras efetuadas pela Geografia sobre o mundo se caracterizam, desta maneira, como uma parcela das ações e reflexões do ser humano sobre o meio que habita. O que o pensamento geográfico procurou, ao longo do seu desenvolvimento, foi engendrar

ferramentas para que a infinidade de elementos naturais e sociais fosse explicada pelo seu aparato científico: “A cosmovisão é em si mesma matéria de investigação primária, pois, a partir dos instrumentos conceituais de cada momento, oferece uma compensação das imagens mentais que constroem a ideia de ordem ou coerência espacial em cada época.” (GOMES, 2006, p. 34).

O autor ainda complementa o raciocínio incluindo a inevitabilidade da própria Geografia de produzir uma cosmovisão, que, como vimos, pode ser um dos significados do conceito de ideologia: “[...] A Geografia tem um compromisso fundamental que é o de produzir uma cosmovisão. Ela é assim o campo de conhecimento onde se procura uma ordem para o diverso, para o espetáculo da dispersão espacial original.” (GOMES, 2006, p. 34).

Estas cosmovisões são as tentativas de explicação da realidade, que se multiplicam com o tempo e se difundem no espaço (a temporalidade e espacialidade do conhecimento). Essa postura de produção das cosmovisões é inerente não só à Geografia, mas a toda ciência, que é o pensamento posto em movimento e ação perante o mundo que nos rodeia, questionando-o e procurando explicá-lo: “A Geografia é uma ciência que tem uma longa história e desde os seus primórdios ela se preocupou em compreender como o homem (vivendo em sociedade) organiza, transforma ou produz o espaço (a natureza, a superfície terrestre) onde vive.” (CAMARGO; ELESBÃO, 2004, p. 12).

Devido a essa tentativa histórica, assim como em outras ciências, a Geografia sofreu, juntamente com a temporalidade e espacialidade do conhecimento, inclinações ideológicas para seus estudos, resultados, postulados, parcerias (principalmente com órgãos governamentais e econômicos). Este debate é suscitado por Castro (2005) quando nos oferece tal reflexão sobre as vias epistemológicas da Geografia e seus limites ideológicos:

Para além do debate sobre o determinismo na geografia, é impossível ignorar que o conhecimento produzido por qualquer disciplina certamente poderá ser apropriado e utilizado pelo poder – por qualquer poder. Neste sentido, é importante reconhecer os limites ideológicos do debate em torno dos modos de apropriação do conhecimento geográfico pelos poderes instituídos e não confundir a geografia, ciência que se propõe dar a conhecer o espaço da humanidade, com os geógrafos e seus interesses como atores intelectuais, sociais e muitas vezes políticos. (CASTRO, 2005, p. 66).

Por isto, ideologias geográficas como propostas de leitura e também de escrita (e transformação) do mundo devem ser analisadas a partir deste patamar de importância. É importante que se amenize uma das vertentes de maior vigência do entendimento da ideologia, como somente na luta de classes, por exemplo, para que seu significado seja

ampliado e abarque maior capacidade de aplicação do seu escopo semântico e conceitual. O motivo pelo qual há diferentes tipos de ideologias geográficas denuncia o caráter de multiplicidade das visões de mundo da sociedade, transferidas para a produção do conhecimento geográfico, que, em sendo uma parte do edifício dialético do saber humano, é influenciado pelos interesses, movimentos políticos, inflexões econômicas, dentre outros:

Na escala do planeta, em seu cotidiano, nem o homogêneo espacial, nem o heterogêneo dinâmico e indeterminado, representam a permanência da particularidade. Este é um mosaico informe de que só se apreendem os instantes fragmentados do repouso e do movimento, na ainda ilusão da mundialidade do presente. É a sobre determinação da idéia, no projeto e no plano, que procura dar coerência ao mundo fenomênico, a partir do qual são organizados pela mente os pedaços. Não que o real não tenha um sentido apreensível: mas é uma lógica plural, que o apropria como forma, estrutura, símbolo e movimento, numa composição que, se retém o cotidiano, também o transfigura. (SILVA, 2000, p. 11).

Estes “pedaços” são as ideologias geográficas – que, apesar soar repetitivo, devem ser aqui destacadas em seu sentido amplo, numa síntese de significância do seu conteúdo semântico. No escopo do pensamento geográfico brasileiro, a contribuição que mais recebeu notoriedade por tratar das correntes do pensamento desta ciência como expressões ideológicas foi a de Moraes (2006). Apesar de haver uma gama de obras que revisitaram o tema, a obra do autor deve ser tomada como referência quando o assunto são as ideologias geográficas, por seu pioneirismo no debate no cenário brasileiro:

Assim, aquelas formulações e debates que mais diretamente apontarem para a construção do espaço, e de sua imagem coletiva deverão ser priorizados. Tendo, todavia, o cuidado em não perder a sutileza do movimento dos fenômenos atinentes ao universo da cultura. A estes discursos mais ‘orgânicos’ (no sentido gramsciano) poder-se-ia denominar de ideologias geográficas. (MORAES, 2006. p. 35).

Percebe-se a abordagem generalista da expressão ideologia geográfica, que será utilizada neste estudo, pois, seguindo o que já foi exposto por outros autores, é preciso uma visão ampla da questão ideológica para que o desmembramento da sua complexidade discursiva seja possibilitado por uma análise de seu conteúdo.

O espaço como objeto de estudo da Geografia, assim, acaba por se tornar o centro para o qual todas estas propostas se direcionam: “O enfoque espacial, colado à dimensão terrestre dos eventos estudados, é a característica recorrente das distintas Geografias, que delimita um campo temático genérico para tal ciência.” Não admitir essa dinâmica histórica do processo de construção das ideologias científicas em geral, e da Geografia em particular

poderia provocar um encobrimento crítico da importância de se observar o texto (teoria) dentro do contexto (dialética da realidade objetiva): “É esse universo que vem sendo trabalhado historicamente pelos geógrafos, tanto a nível dos estudos empíricos quanto no plano teórico abstrato da formulação do objeto geográfico”. (MORAES; COSTA, 1999, p.22-23). Esta posição de Moraes e Costa (1999) será a mesma utilizada por Godoy (2011) em sua proposta de análise das ideologias geográficas:

Com isso, o conceito de ideologia aqui adotado não opera sob o gradiente de qualificação-desqualificação de paradigmas ou práticas científicas e, tampouco, está restrito a um campo disciplinar específico – a geografia. O caráter explicativo do conceito explicita o conjunto de ideias, interesses, práticas e valores que transforma a ideologia em função social que em casos específicos se expressa em um determinado paradigma, visando garantir imunidade transitória ao seu “cinturão epistemológico” contra as acusações de cunho “ideológico” e não científicos, isto é, do senso comum. O que interessa analisar, neste caso, são as formas de transposição dos valores para o plano teórico-metodológico e como esses valores adquirem eficácia contra as concepções que impugnam os pressupostos fundamentais de sua cientificidade. (GODOY, 2011, p. 70).

Em conformidade com os dizeres do autor, uma forma de saber, teoria geral, conjunto de leis, postulados, enquanto configurados como parcelas do conhecimento historicamente construído, não podem ser tomados como o todo, anulando seu caráter particular. Este fenômeno é comum nas ideologias científicas, pois uma característica desta forma de ideologismo paradigmático é anular a própria diversidade de contribuições de sua disciplina. A complexidade da realidade obrigará as ciências a sempre se modificarem, adaptarem e evoluírem em suas teorias, experimentações e resoluções.

AS IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS E O EDENISMO

Em função de todos estes apontamentos apresentados, ao longo da história das correntes de pensamento que se debruçaram sobre esta questão ideológica, é possível identificar tanto a proposição de verdadeiras teorias gerais de compreensão da realidade, como também especificidades práticas e teóricas para questões de maior singularidade analítica. Por esta razão é que emergem as “ideologias” concomitantes às teorias, apesar de ser comum o uso metonímico equivocado de uma pela outra, assim o foi com o positivismo, o funcionalismo, o evolucionismo, o neopositivismo, o desenvolvimentismo, o marxismo, o existencialismo, etc., todos atingindo de uma maneira mais ou menos intensa diferentes áreas do conhecimento.

As ideologias, correntes de pensamento, visões de mundo das ciências travam embates entre si, mesmo que, muitas vezes, tenham um objeto de estudo comum, como é a situação do espaço na ciência geográfica. Em resumo, Fajardo (2008) sintetiza o que foi exposto:

Enquanto a concepção particular designa ideologias apenas uma parte do enunciado do opositor e referente ao seu conteúdo, a concepção total põe em questão a visão total do opositor e todo seu aparato conceitual. A concepção particular realiza análises ao nível puramente psicológico e a concepção total opera ao nível teórico. Por exemplo, se acusamos o outro de mentir, admitimos que há critérios comuns em relação ao que é a verdade. E por outro lado, se atribuímos o ponto de vista do outro a submissão do mesmo a períodos históricos ou estratos sociais de um outro “mundo intelectual”, o que descarta a existência do “caso isolado”, estamos lidando com modos de experiência e interpretação totalmente distintos, sistemas de pensamento opostos. Na ciência isso se realizaria epistemologicamente na formulação de métodos de abordagem que têm como fundamento correntes de pensamento. (FAJARDO, 2008, p. 2).

Ao trazer essa discussão para a Geografia, não fica difícil entender a sua força de aplicabilidade para muitas das situações de embate epistemológico desta ciência, pois, ao longo de seu desenvolvimento histórico, os geógrafos posicionaram-se em verdadeiros pólos ideológicos de estudo, aprofundamento e uso de suas teorias e metodologias: “Pode-se afirmar que estas correntes representam polos ideológicos distintos, concepções de mundos diferentes, decorrentes de posicionamentos e comprometimentos sociais diversos e dos interesses concretos a que servem.” (PEREIRA, 2006, p. 35).

Inevitavelmente, a discussão a respeito das ideologias científicas acaba por prejudicar as próprias ciências envolvidas, pois questões de maior relevância teórica, prática e metodológica acabam, muitas vezes, por enfraquecer epistemologicamente o escopo de referência da ciência, e isto devido à proliferação de vozes clamando, cada qual para si, a jurisprudência na alegação de verdade sobre seu objeto de estudo. Este fenômeno é claramente observável na Geografia, como já demonstrado a partir das contribuições de alguns autores. Sobre esta problemática, a contribuição de Godoy (2011) pode ser utilizada como um dado de singular valor na construção dos argumentos sobre este tema até o momento:

Vale ressaltar, de acordo com Moraes (2005, p. 41-42), que o debate realizado na geografia em relação à ideologia não apresenta contribuições significativas no âmbito da prática e da reflexão filosóficas. Segundo o autor, isso se deve a três aspectos: o primeiro diz respeito ao caráter reducionista do debate que está circunscrito apenas à geografia e “sem se interrogar quanto à eficácia política dessa disciplina enquanto veículo do saber a respeito do espaço”; o segundo aspecto, que inibe o aprofundamento da

análise envolvendo geografia e ideologia, “reside na arbitrariedade do corte pedagógico” que privilegia o “universo do ensino” em detrimento de outros contextos sociais e científicos correlacionados; o terceiro, de caráter teórico, refere-se ao segmento acadêmico que se limita ao debate puramente conceitual, sem correspondência com análises concretas, e, portanto, com poucas contribuições para uma reflexão mais ampla. (GODOY, 2011, p. 70).

Se no interior do significado de ideologia residem as relações de poder, esta característica é transferida, inevitavelmente, para sua vertente científica, havendo situações em que representantes de alguma ideologia científica (geográfica) se colocam como protagonistas referenciais para o objeto de estudo da ciência a que correspondem: “A nosso ver, essa realidade, cujo conhecimento não pode ser esgotado, suscita uma pesquisa sem fim. A essência da realidade reside na resistência ao conhecimento.” (BACHELARD, 2004, p. 16-17). Bachelard prosseguirá com este argumento, ainda que sem mencionar a expressão ideologia científica, quando prioriza o contexto na produção do método nas ciências, contribuição que deve ser levada em consideração nos estudos epistemológicos da Geografia e suas ideologias:

Ademais, seria um erro confundir o primordial com o imediato. O que é imediato para uns não o é para outros. O dado é relativo à cultura, está necessariamente inserido numa construção. Se não tivesse nenhuma força, se fosse um puro e irremediável caos, a reflexão não teria nenhum poder sobre ele. (BACHELARD, 2004, p. 18).

A relatividade da produção do conhecimento pelo círculo cultural, apontada pelo filósofo francês (novamente há a relação entre o *texto* e o *contexto*, da produção do saber), ocorre não só com as correntes e ideologias geográficas, mas com todas as ciências em geral: “O conhecimento em movimento é um modo de criação contínua; o antigo explica o novo e o assimila; e, vice-versa, o novo reforça o antigo e o reorganiza.” (BACHELARD, 2004, p. 19). Em outras palavras, é preciso que se admita a diversidade dos saberes como principal e melhor fonte de compressão dos fenômenos e fatos da realidade e da sociedade, e da relação intrínseca existente entre ambas.

Kuhn também, de certa forma, alinha-se ao posicionamento de Bachelard, quando, em sua análise dos paradigmas da ciência, reitera que: “Para ser aceita como paradigma, uma teoria deve parecer melhor que suas competidoras, mas não precisa (e de fato isso nunca acontece) explicar todos os fatos com os quais pode ser confrontada.” (KUHN, 2007, p. 38). Este trecho da obra magna do autor vai ao encontro de outra fala, quando faz uso da expressão “parafernália de especializações” para criticar algo que Godoy (2011) apontara na miríade de

paradigmas no desenvolvimento da história do pensamento geográfico. Esta “parafernália” só faz aumentar a quantidade de fantasmas epistemológicos nas ciências (MORAES, 2006), ou seja, se o objetivo é repartir para melhor explicar, por vezes este caminho pode indicar um afastamento entre os interlocutores das ciências, diminuindo sua força de explanação perante seus objetos de estudo.

As críticas de Godoy (2011) e Kuhn (2007) possuem uma carga de preocupação em sua expressão. Isto se deve ao fato de haver, no interior desta divisibilidade do conhecimento científico, muito da relação entre o saber e o poder, pois, ao especializar-se, muitas vezes uma ideologia científica específica acaba por voltar seu aparo teórico e metodológico para questões de resolução imediata para determinados interesses, constituindo assim a faceta mais perversa da significância e poderio semântico do termo ideologia, conforme já demonstrado.

Desta forma, é na junção entre a carga de valores de uma visão de mundo as relações de poder de uma época que as ideologias científicas – e, neste caso, as ideologias geográficas – adquirem sua configuração simbólica específica. A proposta do presente estudo é demonstrar como essas ideologias geográficas estão vinculadas ao argumento edênico sobre o território brasileiro enquanto ideologia espacial – que se difunde enquanto tal por estar fundida ao objeto de estudo primário da Geografia –, e ao extrato imaginário, construído historicamente, que fundamenta uma visão do território como recurso, ainda que para amenizar tal postura o paraíso terrenal seja evocado a fim de justificar as ações e decisões ligadas a essa ideologia espacial, em diferentes ideologias geográficas.

Além disso, as ideologias geográficas, em sendo inerentemente ideologias espaciais, não irão manifestar-se apenas no campo teórico-discursivo, mas também no prático-concreto. Exemplos dessa dualidade da força do ideologismo científico aliado à política, economia e cultura podem ser observados nos projetos de construção da identidade nacional brasileira, que vão desde planos de governo de intervenção territorial à construção de magnânimos semióforos de demonstração do poder estatal, como é o caso da capital nacional da região central do país.

No caso brasileiro, é possível encontrar ocorrências ora contínuas ora esporádicas da ideologia espacial do imaginário edênico como referência para as ideologias geográficas, na maior parte das vezes ligada a este edenismo, em sua exploração econômica do território e suas riquezas: “[...] tem-se o discurso geográfico como uma ideologia eficaz no contexto periférico, gerando argumentos de base naturalizante bastante úteis numa situação de identidade histórica problemática como era o caso brasileiro.” (EVANGELISTA, 2006, p.7).

Esta interpretação das ideologias geográficas une-se às colocações de Lacoste (2007) e Moraes (2006) sobre a *funcionalização* do saber, que é seu uso para determinados interesses, sejam eles simbólicos, estatais, culturais, etc. A alcunha ideológica recebe, nesta modalidade de interpretação, suas críticas mais ácidas, como é o caso da corrente materialista-dialética da Geografia – que é também uma forma ideológica de expressão do conhecimento geográfico –, mas que apresentam contribuições para os objetivos almejados neste trabalho:

Uma das funções das múltiplas estruturas do aparelho de Estado é a de recolher informações, em caráter permanente (é uma das primeiras tarefas dos policiais), e os privilegiados são, também, pessoas bem informadas e muito desejosas de que saibam disso “na alta esfera”. Em contrapartida, as relações entre as estruturas de poder e as formas de organização do espaço permanecem mascaradas, em grande parte, para todos aqueles que não estão no poder. (LACOSTE, 2007, p.51).

Outra contribuição a respeito dessa relação direta e interdependente do conhecimento geográfico com os órgãos do poder estatal é a de Gaudio (2007). A funcionalização da ideologia espacial edênica, neste caso já operacionalizada nas correntes de pensamento, fica evidente. É uma preocupação que deve ser colocada em pauta, pois está presente na totalidade do decurso histórico e geográfico do Estado nacional brasileiro. Nas palavras da própria autora,

A geografia, a partir do estudo, mapeamento, caracterização, individuação do território brasileiro frente a outros estados nacionais, fornecerá a base efetiva da construção da ideologia nacional brasileira. Se alinham deste modo o discurso, a ideologia e a pujança territorial em conformidade com os dois últimos no constructo do panteão sígnico de uma retórica identitária nacional: “Não apenas pelo discurso da “grandeza territorial” a geografia auxilia a construir essa relação entre ideologia nacional e território. (GAUDIO, 2007, p. 51).

Atenta-se à maneira pela qual as ideologias geográficas são instrumentalizadas pelos aparelhos de estado, órgãos governamentais, expressões culturais, cenários econômicos, dentre outros. Este é o plano em que se deve pautar o aprofundamento das questões sobre o imaginário, edenismo, ideologia espacial e ideologias geográficas no decorrer do presente estudo, pois só assim será alcançado o objetivo principal, que é de esmiuçar, por meio do recorte temporal estabelecido, a ocorrência destes elementos práticos, discursivos, políticos, culturais e econômicos na história e desenvolvimento geográfico/territorial do Estado nacional brasileiro.

Para não nos delongarmos em demasia nessa etapa do trabalho, encerrá-la-emos para que as divisões temporais estabelecidas para a análise tomem frente no decurso do seu desenvolvimento. Os recursos imagéticos, cartográficos, estatísticos e demais fontes de facilitação da construção do argumento serão buscados para melhor expor a complexidade e riqueza do debate proposto, mesmo que, inevitavelmente, quanto mais avançamos historicamente, menos mitológicos ficam as representações em imagens, representações cartográficas e outras expressões artísticas, que vão dando lugar a um grau cada vez maior de racionalização, intencionalização e ideologização edênicas do ideário nacional brasileiro.

CONCLUSÃO

As reflexões sobre ideologias, correntes de pensamento e paradigmas são tão importantes quanto recorrentes no diversificado leque de ciências, sejam de cunho mais de desenvolvimento teórico e discursivo ou de natureza aplicada. Momentos de avanço ou recuo no uso e aprimoramento epistemológico, e de técnicas e métodos de estudos, fazem parte da trilha tanto da ciência como seus representantes, e é imprescindível fomentar e levar adiante tais debates e reflexões.

No encontro entre as ideologias geográficas, com suas estruturações discursivas e de práticas específicas, com um panorama cultural e simbólico como o edenismo – entendido como um grande cânone ideológico especialista – parte deste pressuposto, de tentar ofertar uma via de diálogo e debate sobre as ideologias e correntes de pensamento científicos e, especialmente nos campos de atuação da Geografia.

A ufanía edênica, e a presença forte e perene das referências culturais, econômicas e políticas do orgulho telúrico na formação territorial do Brasil, e na figura do Estado nacional de nosso país, oferecem uma esteira de análise entre a Geografia, em seu papel científico, com as ideologias e demais interesses e intencionalidades que permeiam tal visão simbólica e cultura das referências identitárias nacionais a respeito da população brasileira, seja em momentos hegemônicos ou em manifestações locais e regionais de refutação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO FILHO, Fadel David. *As 'visões de mundo': formas de pensar a realidade*. Trabalho apresentado no I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. UNESP, Rio Claro/SP, 1999.

ARANHA, Maria Lúcia. *Temas de Filosofia*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1998.

_____; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

BACHELARD, Gaston. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado. Cap. I Conhecimento e descrição*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. *A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)*. Tese de Geografia. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

CAMARGO, José Carlos Godoy; ELESBÃO, Ivo. O Problema do Método nas Ciências Humanas: o caso da Geografia. In: *Mercator. Revista de Geografia da UFC*, ano 03, número 06, 2004, p. 7-18.

CASTRO, Iná Elias. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLAVAL, Paul. Geografia Cultura: um balanço. In: *Revista Geograifa (Londrina)* v. 20, n 3, p. 5-24 set/dez, 2011.

GÁUDIO Rogata Soares Del; BRAGA Rosalina Batista. A geografia, a educação e a construção da ideologia nacional. In: *Terra Livre*. Presidente Prudente. Ano 23 v. 1, n. 28 p. 177-196. Jan- Jun/2007.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. Paradigmas e Geografia. In: *Revista da ANPEGE*, v. 7, p. 67-80, 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: GOMES; P. C. C; CORRÊA, L. (Org.) *Explorações Geográficas: percursos no fim do Século*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (p. 14-42).

FAJARDO, Sérgio. Ideologia, método e espaço geográfico: pontos para discussão. In: IV Semana de Geografia de Irati, 2008, Irati -PR. *ANAIS VI SEMANA DE GEOGRAFIA "O ONTEM, O HOJE E O AMANHA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO GEOGRAFICO*. Guarapuava: Unicentro, 2008. v. 1. p. 15-20.

KUHN, Thoamas. *A estrutura das revoluções científicas*. 9 Ed. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos (1954 [1921]).

LACOSTE, Yves. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. 13 ed. São Paulo: Editora Papirus, 2007.

LAGE, Creuza Santos. Prefácio. In: SANTOS, Jémison Mattos dos. Et al. (Org). *Reflexões e Construções Geográficas Contemporâneas*. Salvador, 2004.

MARTINS, Elvio. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 21, pp. 33 - 51, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. de. *Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____; COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia crítica: A valorização do espaço*. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. *Ideologias Geográficas*. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

MOREIRA, Ruy. A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais. In: *Geografia: Teoria e Crítica*. MOREIRA, Ruy [Org.] O Saber Posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

PEREIRA, Maria Florice Raposo. A Geografia no Pensamento Filosófico. In: *Mercator* (UFC), v. 10, p. 31-37, 2006.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Ler o espaço para Compreender o Mundo: a função alfabetizadora da geografia. In: *Revista Tamoios (Impresso)*, v. 2, p. 17-24, 2005

RIBEIRO, Júlio Cezar. *A geografia das formas espaciais de reprodução da existência humana ao longo do tempo à luz do materialismo histórico-geográfico*. Niterói: UFF, 2006 (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

SILVA, Armando Correa da. A Aparência, o Ser e a Forma - Geografia e Método. In: *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, Vol. 2, No 3 , 2000.